



## RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

(artigo 148.º do CCP)

**BENEFICIAÇÃO DO PAVIMENTO DA EN 101 ENTRE O KM 45+700 E O KM 50+450**

Valor base: **257.447,10 €**


Aos dez dias do mês de março de dois mil e dezassete, na sala de reuniões dos serviços técnicos da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, reuniu o júri responsável pelo procedimento composto por Maria Isabel Pereira Dantas, que presidiu, Paulo Barroso Queirós e Manuel Gaspar Soares Cerqueira, que secretariou, a fim de analisarem eventuais reclamações dos concorrentes, ao abrigo do artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do procedimento por Concurso Público para a empreitada acima referida.

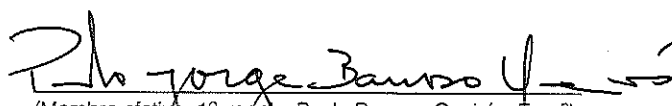
Findo o prazo concedido, cinco dias úteis, verificou-se que nenhum dos concorrentes apresentou qualquer reclamação ou pedido de esclarecimento à proposta de adjudicação.

Assim, e nos termos do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, o júri do procedimento delibera, por unanimidade, manter o teor do relatório Preliminar (em anexo) e a adjudicação à empresa DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A., pelo valor de 204.268,65 € (Duzentos e quatro mil, duzentos e sessenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Paços do Concelho, 10 de março de 2017

O JÚRI DO PROCEDIMENTO,

  
(Presidente do Júri – Maria Isabel Pereira Dantas, Eng.ª)

  
(Membro efetivo - 1.º vogal – Paulo Barroso Queirós, Eng.º)

  
(Membro efetivo – 2.º vogal – Manuel Gaspar Soares Cerqueira, Dr.)



## CONCURSO PÚBLICO

Empreitada:

**“BENEFICIAÇÃO DO PAVIMENTO DA EN 101 ENTRE O KM 45+700 E O  
KM 50+450”**

Valor Base: 257.447,10 €

## RELATÓRIO PRELIMINAR DE ANÁLISE DE PROPOSTAS

(artigo 146º do CCP)



## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO .....	3
2. LISTA DE CONCORRENTES E PROPOSTAS .....	3
3. FATOR DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	3
4. PROPOSTAS ADMITIDAS E EXCLUÍDAS.....	4
5. ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS ADMITIDAS .....	6
6. CONCLUSÃO .....	6

## 1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 146º do CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2017, reuniu nas instalações desta Entidade, sita no edifício dos Paços do Concelho, o júri do procedimento, designado para o concurso público da empreitada "BENEFICIAÇÃO DO PAVIMENTO DA EN 101 ENTRE O KM 45+700 E O KM 50+450", a fim de se proceder à apreciação e análise das propostas e elaborar o Relatório Preliminar com a ordenação das mesmas.

Com vista à adjudicação da empreitada realizou-se o ato de abertura das propostas do concurso no dia 19 de janeiro de 2017.

### 1.1 – Preço Base

O preço base do concurso é de **257.447,10 Euros** (Duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e dez cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

### 1.2 – Composição do Júri

O júri do procedimento foi designado por deliberação da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez de 28/11/2016 e pelo Conselho de Administração das Águas do Norte, S.A., por deliberação de 28/12/2016, tendo sido nomeados os seguintes membros para o integrarem:

Membros efetivos:	Presidente:	Maria Isabel Pereira Dantas
	1º Vogal:	Paulo Barroso Queirós
	2º Vogal:	Manuel Gaspar Cerqueira
Membros suplentes:	1º Vogal:	Jorge Humberto Amorim
	2º Vogal:	Faustino Gomes Soares

## 2. LISTA DE CONCORRENTES E PROPOSTAS

As propostas patentes ao concurso são as constantes no quadro seguinte:

Quadro 1 – Propostas e concorrentes presentes a concurso

Proposta N.º	Concorrente	Valor da proposta
1	JAF – José A. F. Cardoso, Lda.	252.396,30 €
2	Martins & Filhos, S.A.	230.414,40 €
3	Narom, S.L. Sucursal em Portugal	223.603,15 €
4	Habimonção Construções, Lda.	1,00 €
5	Sebastião da Rocha Barbosa, Lda.	880,61 €
6	PREDILETHES – Construções, Lda.	251.575,37 €
7	Nívelvias, S.A.	1,00 €
8	PRIMUS LEAN – Engenharia & Construção, Lda.	1,00 €
9	DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A.	204.268,65 €

## 3. FATOR DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

O critério estabelecido para a adjudicação da empreitada é o do mais baixo preço, atendendo ao disposto no artigo 74.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro.



Não são consideradas para efeito de adjudicação as propostas cujo valor exceda o valor do preço base, conforme previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

Não são igualmente consideradas para efeitos de adjudicação as propostas que apresentem um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos.

#### 4. PROPOSTAS ADMITIDAS E EXCLUÍDAS

O Júri analisou as propostas apresentadas, tendo deliberado, por unanimidade, propor a admissão/exclusão das seguintes propostas pelos motivos e com os fundamentos a seguir indicados:

##### Proposta n.º 1, JAF – José A. F. Cardoso, Lda

O concorrente apresenta uma proposta no valor de **252.396,30 Euros, inferior ao valor base** fixado para a empreitada a concurso (257.447,10 Euros).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no n.º 1 do artigo 8.º do Programa de Procedimento, pelo que a proposta é **admitida** e de seguida será avaliada pelos critérios definidos.

##### Proposta n.º 2, Martins & Filhos, S.A.

O concorrente apresenta uma proposta no valor de **230.414,40 Euros, inferior ao valor base** fixado para a empreitada a concurso (257.447,10 Euros), considerando-se o mesmo anormalmente baixo, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Programa de Procedimento.

Da análise aos esclarecimentos justificativos do preço anormalmente baixo, considera-se que os mesmos se enquadram no disposto no n.º 8 do artigo 8.º do programa de concurso e n.º 4 do art.º 71.º do CCP.

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no n.º 1 do artigo 8.º do Programa de Procedimento, pelo que a proposta é **admitida** e de seguida será avaliada pelos critérios definidos.

##### Proposta n.º 3, Narom, S.L. Sucursal em Portugal

O concorrente apresenta uma proposta no valor de **223.603,15 Euros, inferior ao valor base** fixado para a empreitada a concurso (257.447,10 Euros), considerando-se o mesmo anormalmente baixo, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Programa de Procedimento.

Da análise aos esclarecimentos justificativos do preço anormalmente baixo, considera-se que os mesmos não estão devidamente enquadrados no disposto no n.º 8 do artigo 8.º do Programa de Procedimento e n.º 4 do art.º 71.º do CCP.

Face ao disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, a proposta é **excluída**.

##### Proposta n.º 4, Habimontão – Construções, Lda

O concorrente apresenta uma proposta no valor de **1,00 Euros, inferior ao valor base** fixado para a empreitada a concurso (257.447,10 Euros).

A proposta foi submetida sem a totalidade dos documentos exigidos no n.º 1 do artigo 8.º do Programa de Procedimento.

Face ao disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, a proposta é **excluída**.

##### Proposta n.º 5, Sebastião da Rocha Barbosa, Lda



O concorrente apresenta uma proposta no valor de **880,61 Euros**, inferior ao valor base fixado para a empreitada a concurso (257.447,10 Euros).

A proposta foi submetida sem a totalidade dos documentos exigidos no n.º 1 do artigo 8.º do Programa de Procedimento.

Face ao disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, a proposta é **excluída**.

**Proposta n.º 6, PREDILETHES – Construções, Lda.**

O concorrente apresenta uma proposta no valor de **251.575,37 Euros**, inferior ao valor base fixado para a empreitada a concurso (257.447,10 Euros).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no n.º 1 do artigo 8.º do Programa de Procedimento, pelo que a proposta é **admitida** e de seguida será avaliada pelos critérios definidos.

**Proposta n.º 7, Nivelvias, S.A.**

O concorrente apresenta uma proposta no valor de **1,00 Euros**, inferior ao valor base fixado para a empreitada a concurso (257.447,10 Euros).

A proposta foi submetida sem a totalidade dos documentos exigidos no n.º 1 do artigo 8.º do Programa de Concurso.

Face ao disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, a proposta é **excluída**.

**Proposta n.º 8, PRIMUS LEAN – Engenharia & Construção, Lda.**

O concorrente apresenta uma proposta no valor de **1,00 Euros**, inferior ao valor base fixado para a empreitada a concurso (257.447,10 Euros).

A proposta foi submetida apenas com uma declaração de não apresentação de proposta.

Face ao disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, a proposta é **excluída**.

**Proposta n.º 9, DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A.**

O concorrente apresenta uma proposta no valor de **204.268,65 Euros**, inferior ao valor base fixado para a empreitada a concurso (257.447,10 Euros), considerando-se o mesmo anormalmente baixo, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Programa de Procedimento.

Da análise aos esclarecimentos justificativos do preço anormalmente baixo, considera-se que os mesmos se enquadram no disposto no n.º 8 do artigo 8.º do Programa de Procedimento e n.º 4 do art.º 71.º do CCP.

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no n.º 1 do artigo 8.º do Programa de Procedimento, pelo que a proposta é **admitida** e de seguida será avaliada pelos critérios definidos.

Da análise efetuada apresenta-se o seguinte **quadro de concorrentes admitidos e excluídos**:

*Quadro 2 – Propostas e concorrentes admitidos e excluídos*

Proposta n.º	Denominação do Concorrente	Admissão/exclusão das propostas para análise
1	JAF – José A. F. Cardoso, Lda.	ADMITIDA
2	Martins & Filhos, S.A.	ADMITIDA
3	Narom, S.L. Sucursal em Portugal	ADMITIDA

Proposta n.º	Denominação do Concorrente	Admissão/exclusão das propostas para análise
4	Habimonção – Construções, Lda.	EXCLUÍDA
5	Sebastião da Rocha Barbosa, Lda.	EXCLUÍDA
6	PREDILETHES – Construções, Lda.	ADMITIDA
7	Nívelvias, S.A.	EXCLUÍDA
8	Primus Lean – Engenharia & Construção, Lda.	EXCLUÍDA
9	DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A.	ADMITIDA

## 5. ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS ADMITIDAS

Em face das classificações das propostas, o júri procedeu à seguinte ordenação final das propostas admitidas:

Quadro 3 – Ordenação Final das propostas

Ordenação Final	Proposta N.º	Concorrente	Preço
1º Classificado	9	DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A.	204.268,65 €
2º Classificado	2	Martins & Filhos, S.A.	230.414,40 €
3º Classificado	6	PREDILETHES – Construções, Lda.	251.575,37 €
4º Classificado	1	JAF – José A.F. Cardoso, Lda.	252.396,30 €

## 6. CONCLUSÃO

Em face da ordenação das propostas que foram objeto de análise pelo júri do procedimento, delibera o mesmo, por unanimidade, propor a intenção de adjudicação da empreitada à firma **DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A.**, pelo valor de **204.268,65 Euros (duzentos e quatro mil, duzentos e sessenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Assim, e de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 147º do Código dos Contratos Públicos, deverá proceder-se à audiência prévia dos concorrentes.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrado a presente relatório, que depois de lido e confirmado vai ser assinado pelos membros do júri.

Arcos de Valdevez, 17 de fevereiro de 2017

O JÚRI DO PROCEDIMENTO,





(Presidente do Júri – Maria Isabel Pereira Dantas, Eng.º)

(1º vogal – Paulo Barroso Queirós, Eng.º)

(2º vogal – Manuel Gaspar Cerqueira, Lic.)